

REFLEXÕES SOBRE A ESFERA DA POLÍTICA E A ESFERA DA EDUCAÇÃO EM HANNAH ARENDT

MAYRLA COSTA DE SOUZA

Universidade Estadual do Ceará. UECE. E-mail: alryam@outlook.com

FRANCIONE CHARAPA ALVES

Universidade Federal do Ceará-UFC. CAPES/DS. E-mail: francioncharapa@gmail.com

Introdução

Na concepção de Arendt, educar propõe não só apresentar o mundo que habitamos, mas o poder transformá-lo da forma desejada por nós. Sem esta forma desejada não há chão para que os novos possam se sentir em casa. Quando nos perguntamos o que educar muitas vezes o que encontramos como respostas são propostas solenes bem elaboradas que evocam interesses próprios de uma determinada sociedade dada sua época. Um fator importante que Arendt faz é agregar sua reflexão a uma crítica sobre a educação, que, segundo a autora, fora transformada em uma teoria sumamente política, na qual vemos em seus artigos *A Crise na Educação* (1958) e em *Reflexões sobre Little Rock* (1957).

O envolvimento de interesses políticos e culturais com as teorias educacionais traz consigo um acordo ou desacordo entre Educação e Política. Considerando a visão aguçada e crítica de Arendt é que propomos como objetivo deste artigo buscar o entendimento sobre o que importa na esfera da Educação e na esfera da Política. Pois a iniciativa de começar um mundo novo para autora requer traços de raízes fortes que venham da tradição junto a guarda da autoridade, demonstrando que mesmo que a educação nasça na ação deliberada da política ela deve ser trada separadamente já que as esferas política, públicas e familiar tem total obrigação de salvar o caminhos dos novos seres humanos.

A reflexão sobre educação versus política

Como foi dito anteriormente a duplicidade que nasce e existe no homem quando demonstra sua singular presença no seu modo de agir e que ao mesmo tempo se faz necessário saber conduzir, mediante uma educação, toda a pluralidade humana na esfera política e nas demais que a constitui. Pensando nisso na duplicidade da existência permitida pelo envolvimento das inter-relações, política, e a escola que representa o caminho para o amadurecimento e apresentação aos recém-chegados no mundo, que Arendt propõe em seu ensaio em titulado *Reflexões sobre Little Rock* (1957) a separação entre educação e política com a finalidade de preservar a autoridade na escola. Uma separação contrária aos ditames, até hoje atualíssimo em que a política age dentro da esfera da educação.

Pelo fato da Educação ser uma das atividades mais elementares e que se faz necessário na sociedade humana, apresenta-se como uma esfera pré-política na qual é essencial apresentar aos mais jovens o mundo público e fazer isso é introduzir, isto é educar, os novos a uma esfera política. Arendt nos diz que a esfera política trata da inter-relação e da disputa entre os iguais, os adultos, que já foram educados enquanto que na escola há uma evidência desigualdade entre aqueles que estão em formação e seus formadores. Conforme a visão de Arendt, desde os tempos antigos o papel desempenhado pela educação em todas as utopias políticas mostrou que parece natural “iniciar um novo mundo com aqueles que são por nascimento e por natureza novo” (ARENDT, 2011, p.225). Derivou-se daí uma fonte de um ideal educacional que surge sempre com o interesse que toca uma política social de cada época. Neste ponto a autora esclarece que o papel da educação com relação a toda sua evolução na história levou à política a um grave equívoco, reforçando que “ao invés de juntar-se aos seus iguais, assumindo o esforço de persuasão e correndo o risco do fracasso,

há a intervenção ditatorial, baseada na absoluta superioridade do adulto”(ARENDT,2011, p.225) sobre o mundo dos mais novos.

Arendt nos lembra de que os homens, adultos, que fazem e concretizam a política, baseiam-se na crecha com a alegação que se deve começar de criança se se quer produzir novas condições de vida no mundo mundano. Para a autora, isso seria o mesmo que traçar um monopólio por meio de movimentos revolucionários, mas que na realidade trazem camuflado o feitiço tirânico e quando finalmente chegam ao poder, doutrina as crianças, pois essas que são separadas dos pais, da vida privada que lhe traria conforto e segurança diante de um mundo que nem elas mesmas estão aptas a se proteger, escolher e agir conforme suas próprias vontades vindas de suas reflexões sobre o que ocorre em sua volta, mas que na realidade estão sendo privadas de agir conforme suas ideias. O papel de uma verdadeira educação é o de preservar a novidade ao mesmo tempo em que introduz esse algo novo no velho mundo, mas nunca o de desempenhar papel nenhum na política, pois somente aqueles que já estão educados é que podem lidar com a política. Ainda segundo Arendt,

A verdadeira dificuldade na educação moderna está no fato de que [...] até mesmo aquele mínimo de conservação e de atitude conservadora sem a qual a educação simplesmente não é possível se tornar, em nossos dias, extraordinariamente difícil de atingir. Há sólidas razões para isso. A crise da autoridade na educação guarda a mais estreita conexão com a crise da tradição, ou seja, com a crise de nossa atitude face ao âmbito do passado. (ARENDT, 2011, p243)

A ideia concernente no argumento de Arendt no que tange a razão de ser da educação é a natalidade, posto a nu, no “fato de que seres nascem para o mundo” (ARENDT, 2011, p.223). Deve-se compreender com isso que os homens são seres condicionados existencialmente, pois tudo aquilo que toca sua vida como a política, a educação, torna-se de imediato parte de sua existência. Assim, na

análise de Arendt, a educação é “o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. (ARENDT, 2011, p.247)

Na vida humana empreender alguma coisa equivale a agir e ter a responsabilidade de arcar com decisões que cause mudanças no meio social vinda de atitudes corretas ou não. Em um mundo inteiramente político tais decisões desobrigam o jovem a ter de assumir responsabilidades. Contudo, não foi o que ocorreu em Little Rock cuja ordem judicial do tribunal federal do estado de Arkansas (EUA), que segundo Almeida,

em 1954 a Suprema Corte dos EUA decidiu que a segregação racial nas escolas públicas era inconstitucional. Em 1955 o conselho de educação (School Board) de Little Rock delibera que se iniciará o processo de dessegregação em 1957, começando pelo ensino secundário. Dezesete alunos negros passaram pelo rígido processo de seleção, dos quais oito, antes do início do ano escolar, desistiram de sua vaga. Os outros nove adolescentes (hoje lembrados como os heroicos *Little Rock Nine*) enfrentaram o clima hostil, agressões na rua por parte de brancos avessos à dessegregação – sem contar o fato de terem sido barrados no primeiro dia de aula pelo exército enviado pelo governador Faubus, também contrário à integração, porém alegando motivos de ordem pública. Somente semanas depois, após a intervenção do presidente Eisenhower e com a ajuda do exército federal, foi possível que entrassem na escola e iniciassem o ano escolar. (ALMEIDA, 2011, p.33,34)

Diante dessa leitura histórica de tais acontecimentos Arendt explica que ao se deparar com a imagem de uma jovem menina negra na saída da escola acompanhada por um amigo branco do pai e sendo perseguida e ofendida verbalmente por uma turba de pessoas brancas. Este fato indignou Arendt de tal modo que a fez escrever sobre o ocorrido, mas principalmente refletir sobre questões polí-

ticas relacionada aos direitos dos cidadãos quanto a obrigatoriedade do governo dispor acesso e qualidade educacional. A questão maior foi o de colocar crianças num embaraço de reajustar o princípio de igualdade legitimamente declarada nas leis daquele país, que foi “violada pelas leis da segregação, isto é, por leis que impõem a segregação, e não por costumes sociais e maneira de educar as crianças” (ARENDT, 2004, p.262) A decisão da Corte Federal dos EUA desqualificou a autoridade da escola, ao invadir politicamente os pátios das escolas obrigando crianças a enfrentarem questões políticas que deveriam ser resolvidas por adultos. Na avaliação de Arendt, se a questão era de melhorar a qualidade educacional dessas jovens crianças igualando com as demais escolas para assim garantir oportunidades iguais.

Ao ver o ponto em que chegou essas questões, Arendt diz que o movimento negro deveria antes lutar pelo direito de votar e ser protegido no momento do voto, de casar com quem quisesse ou o direito de ter igualdade de oportunidade. Esses direitos são de princípio constitucional e estão além de decisões da maioria assuntos práticos por serem, é claro, direitos dos cidadãos. A autora considera lamentável a intrusão do Estado na esfera educacional. E enfatiza que há sobreposição de direitos e interesses e se torna aparente quando é mais viável colocar com mais clareza e em separado cada dever e direito das esferas: política, privada e social, na construção do mundo. Conforme discute a autora em que,

A República americana é baseada na igualdade de todos os cidadãos, e embora a igualdade perante a lei tenha se tornado um princípio inalienável de todo governo constitucional moderno, a igualdade como tal tem uma importância na vida política de uma república maior do que em qualquer outra forma de governo. O que está em jogo, portanto, não é apenas o bem-estar da população negra, mas, pelo menos a longo prazo, a sobrevivência da República. (ARENDT, 2004, p.268)

Arendt enfatiza que o princípio de igualdade americana tem o grande poder de igualar o que por origem é diferente. O que ela quer dizer com isso é que a igualdade, na sua forma americana, não é onipotente. Em sua visão

não se pode igualar características naturais, físicas. Esse limite só é atingido quando são eliminados os extremos das desigualdades da condição econômica e educacional, mas nessa conjuntura surge invariavelmente um ponto crítico, bem conhecido dos estudiosos da história: quanto mais iguais as pessoas se tornam em todos os aspectos, e quanto mais igualdade permeia toda a textura da sociedade, mais as diferenças provocarão ressentimentos mais evidentes se tornarão aqueles que são visivelmente e por natureza diferentes dos outros. (ARENDT, 2004, p. 268)

Com tal reflexão, Arendt nos diz que é perfeitamente provável que a realização de uma igualdade social, econômica e educacional talvez torne mais agudo o problema do preconceito racial vivido pelos negros em dada época da dessegregação racial. Portanto, seria mais desejavelmente, necessário e essencial concretizar os direitos constitucionais em atos de todos os dias a todo homem livre e igual a sua espécie humana. E vale ressaltar o qual importante da pluralidade e singularidade do humano no âmbito político. Pois a “Política trata da convivência entre diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos das diferenças” (ARENDT, 2007, p.21,22). E o mundo político surge no entre-os-homens, portanto, o homem é ser a-político quando não se encontra nas teias de relações. E para preservar a continuidade quanto na criação espontânea do mundo os homens tendem a se relacionar entre eles, pois a verdadeira “política surge no intra-espaco e se estabelece como relação” (ARENDT, 2007, p.23) que é tratada entre os iguais que já foram devidamente educados.

Assumindo uma versão contraposta da ideia de política dos antigos cuja contemplação visava um ideal de política que nascia

no ato de justiça somente entre os cidadãos da polis é que Arendt nos declara sua premissa de que o sentido da política é a liberdade. Ela afirma que a política não pode ser confundida com as exigências das atividades humanas que querem a manutenção da vida individual ou até mesmo da sobrevivência da espécie em que a dominação dos mais fortes pode ser legitimada com a tomada de poder.

A objetividade do mundo com relação ao convívio da absoluta diversidade de todos os homens entre si esta contida na pluralidade. E é com toda sua diferença que a política vai organizar salvaguardar as diversidades relativas dos homens. É nas palavras da autora que traduz a importância da conservação das relações no modo de agir e que a história vai

acolher em sua memória aqueles mortais que, através de feitos e palavras, se provaram dignos da natureza, e sua fama eterna significa que eles, em que pese sua mortalidade, podem permanecer na companhia das coisas que duram para sempre.(ARENDT, 2011, p.78)

Assim, como a política que faz companhia as coisas mundanas, a educação também o faz e dura até os dias de hoje, mas que para compreender e ensinar o conteúdo dessas palavras é necessário a aprendizagem de seus conceitos tão essenciais na política versus a essencialidade da educação. E para compreendê-los é preciso voltar-se inevitavelmente para as histórias passadas para podemos dar início ao mundo novo cheio de energia e vontade própria.

Educar é iniciar um mundo novo

Nas majestosas e intrépidas histórias sobre o surgimento do homem heleno onde não pode ser evitado falar de sua cultura, tradição, literatura ou educação, termos esses inteiramente modernos e que só traduz uma pequena parte do que o homem grego cha-

mava de *Paidéia*.¹ Os antigos estavam cientes de que educação e cultura importância se constituíam uma atividade humana formal e mesmo podendo ser abstratas continham um valor imenso em todo contexto histórico e educativo para as suas crianças. E quando o homem tomou posse de si como um ser consciente ao passo que chegava ao auge de sua intelectualidade foi que seu interesse natural surgiu para praticar o aprimoramento do novo ser humano por meio da educação que visava o bem comum na valoração do novo homem. Esse bem estar era direcionado a busca por uma cidade perfeita cujo desenvolvimento é relacionado ao aprendizado das artes, da sua cultura, a administração pública de sua cidade e até mesmo das grandes guerras. Todas essas atividades cotidianas dos antigos gregos só se tornaram viáveis devido à influência de um clima agradável e de uma vida voltada ao ar livre e isso contava com dois suportes fundamentais a um intenso e proveitoso convívio social que eram a educação e o ensino.

O mundo que sobrevive a gerações oferece ao homem fronteiras que ele próprio foi construindo ao mesmo tempo em que vai burlando todas as suas regras culturais e históricas. Entre manter-se no passado e ser um visionário do futuro o homem vai existindo e mantendo sua condição de vida na Terra com todas as suas perspectivas no presente, pois humano nenhum pode ver além da fronteira da morte e aquém do nascimento. Assim sendo, educar uma criança que está iniciando algo novo, tanto para o mundo dela como para o velho mundo, que já traz consigo toda uma história a contar em tradição, seria o mesmo que assegurar sua liberdade até o momento em que, enfim, possa agir como a forma nascente no momento que o novo ser humano apareça e se ponha presente no

¹ Trata-se de um título cuja palavra é derivada de *paidos* (*pedós*), que significa criança ou simplesmente criação dos meninos. Uma obra cujo nome nos leva a pensar sobre como de fato acontecia a educação familiar grega, voltada aos bons modos e a uma conduta moral virtuosa. Para o homem da era moderna essa expressão *Paidéia*, embora muito antiga passa a coincidir com que usamos hoje ao falarmos de cultura, civilização, sociedade e educação.

mundo de forma que contribua com novos empreendimentos, mas não anule o que antes já existia.

A existência do homem como um ser humano só é possível mediante a educação e seu aprendizado só é confirmado no convívio social. É pelo uso do pensamento, cujo instrumento é a linguagem, que se produzem conceitos e se elaboram projetos, fazendo com isso uma ponte de ligação, apresentação e familiaridade com o mundo biossocial. “A educação, contudo, ao contrário da aprendizagem, precisa ter um final previsível. Em nossa civilização esse final coincide provavelmente com o diploma colegial” (ARENDT, 2011, p.246) Arendt especifica que o período de tempo que uma criança passa no colegial é o momento em que verdadeiramente se retrata a apresentação da criança na esfera do mundo social, pois os cursos secundários ou o treinamento profissional adquirido nas universidades e nos cursos técnicos consistem numa de especialização.

De acordo com Arendt, a educação que faz parte da esfera da vida humana encontra-se estruturada em três esferas de vida: a política, a social e a privada. Em seus argumentos quando faz referência à dessegregação, Arendt aponta separadamente todos os direitos particulares de cada esfera assim,

As crianças são, em primeiro lugar, parte da família e do lar, e isso significa que são ou deveriam ser criadas naquela atmosfera de exclusividade idiossincrática que transforma uma casa num lar, forte e seguro o suficiente para proteger os mais jovens contra as exigências da esfera social e as responsabilidades da esfera política. O direito dos pais de criar os filhos como acharem adequado é um direito de privacidade, pertencente ao lar e à família. Desde a introdução da educação obrigatória, esse direito tem sido desafiado e restrito, mas não abolido, pelo direito do corpo político de preparar as crianças para o cumprimento de seus futuros e deveres como cidadão. A participação do governo na questão é inegável – assim como o direito dos pais. (ARENDT, 2004, p.279, 280)

Dentro de todo esse contexto esférico, Arendt conclui que forjar ou formar o novo que adentra esse mundo já historicamente vivido pelos adultos são ponderados em três esferas que a criança deve ser apresentada ao mundo, quais sejam: a esfera política, a social e a privada. Cabe ao lar familiar, o denominado espaço privado, de cuidar de seus filhos transmitindo a eles os valores e os costumes da família na qual têm o dever de proteger a criança da esfera pública. Embora, os novos já sejam seres potencialmente livres, não são de todo capazes de se auto proteger dos olhares e pressões que ocorrem no domínio público, não podendo, pois, fazer uso da sua liberdade. Quem exerce a liberdade por eles são seus pais. Neste ponto vale ressaltar as palavras de Arendt,

Os pais, contudo, não apenas trouxeram filhos à vida mediante a concepção e o nascimento, mas simultaneamente os introduziram em um mundo. Eles assumem na educação a responsabilidade, ao mesmo tempo, pela vida e desenvolvimento da criança e pela continuidade do mundo. Essas duas responsabilidades de modo algum coincidem; com efeito podem entrar em mútuo conflito. A responsabilidade pelo desenvolvimento da criança requer cuidado e proteção especiais para que nada de destrutivo lhe aconteça de parte do mundo.(ARENDT, 2011, p.235)

No primeiro momento, o mundo público não é político, mas social e em todo espaço que de certo modo envolve um contexto educacional a criança é integrada nesse meio. De acordo com a autora, “para a própria criança, a escola é o primeiro lugar fora de casa em que ela estabelece contato com o mundo público que à rodeia como também a sua família”. (ARENDT, 2011, p.280)

Sendo esse mundo público um ambiente sociável, a escola passa a ser para a criança o que o trabalho empregatício é para um adulto. A diferença se constrói no elemento de livre escolha, em que numa sociedade livre o cidadão a princípio escolhe a que irá associar-se, seja em um emprego ou associações conectadas a ele,

contudo essa liberdade de escolha ainda não está a disposição das crianças, mas em poder dos pais. E mesmo sendo o papel dos adultos o de dar proteção à criança contra os invasores indesejáveis “o mundo também necessita de proteção, para que não seja derrubado e destruído pelo assédio do novo que irrompe sobre ele a cada nova geração”. (ARENDT, 2011, p.235)

Um dos muitos fatores que rodeiam a esfera da educação esta também relacionado ao direito do Estado que é incontestável e que tem o dever de formular “exigências mínimas para a futura cidadania e, além disso, promover e apoiar o ensino de temas e profissões que são consideradas desejáveis e necessárias para a nação como um todo”. (ARENDT, 2004, p.280) O Estado, portanto, assume para com a sociedade como um todo o dever de manter e organizar a escola. Este é um dos pontos mais relevantes levantados por Arendt em seus dois textos *A Crise na Educação* (1958) e *Reflexões sobre Little Rock* (1959), a autora leva-nos nos a questionar até que ponto a política pode interferir no ciclo da educação, quando esta tem como função de mostra o quanto parece natural iniciar um novo mundo, é claro, com aqueles que são novos por natalidade.

A intrincada relação de crise que ocorre entre as duas esferas pública e privada expõe questões que de início nos pareceriam novas, porém, nas palavras de Arendt, não é preciso grande imaginação para que possamos perceber que a “Crise geral que acometeu o mundo moderno em toda parte e em quase toda esfera da vida se manifesta diversamente em cada país, envolvendo áreas e assumindo formas diversas” (ARENDT, 2011, p.221).

Percebemos que isto não é uma particularidade de uma época muito mesmo de fronteiras regionais. Fávero (2012) afirma que no texto *A Crise da Educação* (1958) a autora trata dessas questões a partir “dos princípios políticos da nova era republicana e, sobretudo do entendimento que esses novos princípio lançaram no campo teórico e prático acerca das relações e distinções entre

as esferas das atividades políticas e educacionais”(FÁVERO, CASA-GRANDA, 2012, p.73).

A crise que acometeu entre as duas esferas e sobre tudo na questão educacional tornou-se, portanto, uma oportunidade para repensar a própria educação e a docência. Arendt nos diz que a educação é o melhor meio de introduzirmos a criança e o jovem no mundo humano e nos aponta as situações difíceis e tenebrosas que surgiu com a perda da autoridade no espaço da era Moderna. A crise que acometeu nessa era trouxe para a autora um momento crucial onde é nesses momentos que as relações e perspectivas devem ser avaliadas e repensadas. Neste momento a autora põe em foco sua concepção de crise.

Conclusão: educação sem política

Ainda que encontremos certa comunicação entre educação e política Arendt nos mostra que se faz necessário estabelecer fronteira entre ambas, pois é importante limitar e assim evitar enganos triviais como o de tratar a educação como algo genuinamente político. Pensar e agir dessa forma em relação a educação e a política só demonstra a incapacidade do homem de compreender a política que tem seu sentido na liberdade entre os iguais, isto é, os adultos já educados. Já a educação só acontece na esfera entre os que ainda são iguais na política. Em seu artigo *Reflexões sobre Little Rock* (1959) é proposta a separação entre educação e política a fim de preservar a autoridade na escola. Essa sua proposta é visivelmente percebida quando Arendt se refere aos direitos e deveres de cada esfera: a familiar em que o direito dos pais é de criar os filhos da forma que considerarem mais adequado, já vem resguardado no direito de privacidade pertencente ao lar familiar; quanto ao direito do corpo político ele se estabelece com o dever de prepara a criança para o cumprimento de seus futuros deveres enquanto cidadãos.

Outra questão importante que Arendt aponta e que dever ser reconhecida é o modo como a modernidade tratou a educação, quando a transformou em um meio de ferramenta política. Arendt inclui não só os modernos, mas também toda a forma utópica de transformar de algum modo o Estado que fez uso da educação como um benefício para legitimar a política. Para a autora, há nesse interesse do estado a quebra de fronteira que deve haver entre educação e política, sendo assim a primeira foi igualada com a segunda e passando a vigorar como tradição até os dias de hoje.

A educação deve fornecer a possibilidade do convívio entre os iguais deixando que os novos tenham por direito o de experimentar suas experiências com seus erros e acertos que ocorre entre eles mesmos.

Referências bibliográficas

ARENDT, Hannah. **Responsabilidade e julgamento**. Tradução de Rosaura Einchenberg. São Paulo: Editora Companhia da Letras, 2004.

_____. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. 10a.ed – Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2008.

_____. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa. 6a. ed – São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

_____. **Sobre a Revolução**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2011.

ALMEIDA, Vanessa Sievers de. **Educação em Hannah Arendt: entre o mundo deserto e o amor ao mundo**. São Paulo. Editora Cortez, 2011.

FÁVERO, Altair Alberto e CASAGRANDA, Edison Alencar. **Leituras sobre Hannah Arendt – educação, filosofia e política**. São Paulo: Editora Mercado de Letras, 2012.